

# URBANISMO COLONIAL

Vilas e cidades de matriz portuguesa



# URBANISMO COLONIAL

Vilas e cidades de matriz portuguesa

Luciene Pessotti de Souza e Nelson Pôrto Ribeiro  
(organizadores)

1ª Edição

POD Editora  
Rio de Janeiro  
2009

© 2009

Alfredo Henrique Caldas de Souza; Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno;  
Clara Luiza Miranda; Letícia Von Krüger Pimentel; Luciene Pessotti de Souza;  
Manuel Antônio Correia Teixeira; Maurício de Almeida Abreu;  
Nelson Pôrto Ribeiro; Pedro de Almeida Vasconcelos; Walter Rossa.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

U72	Urbanismo colonial : vilas e cidades de matriz portuguesa / Luciene Pessotti de Souza e Nelson Pôrto Ribeiro (organizadores). - 1. ed. - Rio de Janeiro : CTRL C, 2009. 240 p. : il.  Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-62331-06-0  1. Cidades e vilas. 2. Urbanização. 3. Arquitetura colonial. I. Souza, Luciene Pessotti de. II. Ribeiro, Nelson Pôrto.  CDU: 711.4
-----	---

### **Coordenação de Editoração**

Luciene Pessotti de Souza

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Artur Jacó Filho

### **Capa**

Artur Jacó Filho e Luciene Pessotti de Souza

### **Colaboração no tratamento digital das imagens e scans complementares**

Lilian Locatelli de Oliveira

### **Revisão**

Luciene Pessotti de Souza e  
Lilian Locatelli de Oliveira

### **Editor**

POD EDITORA

# SUMÁRIO

## 8 Apresentação

### PARTE I – ESPAÇO URBANO DE MATRIZ PORTUGUESA: DESÍGNIO, DESENHO E AGENTES MODELADORES

10 Os agentes modeladores das cidades coloniais  
*Pedro de Almeida Vasconcelos*

26 A relevância da cartografia para construção da história de urbes como Aveiro  
*Walter Rossa*

36 Projeções da enunciação: a cartografia portuguesa da Baía de Vitória (Século XVI-XVIII)  
*Clara Luiza Miranda*

### PARTE II – ATORES, REPRESENTAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DA CIDADE PORTUGUESA

66 Engenheiros militares : atores na modelação do espaço urbano  
*Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno*

93 Salvador – “Cabeça de ponte” da América Portuguesa. A participação da Engenharia Militar na configuração de seu espaço urbano (Século XVII)  
*Alfredo Henrique Caldas de Souza*

117 Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XVI  
*Maurício de Almeida Abreu*

- 150**    **A Colônia de Sacramento. Expressão do urbanismo português seiscentista**  
*Manuel C. Teixeira*

### **PARTE III – ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS URBANOS**

- 163**    **Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil Colonial.**

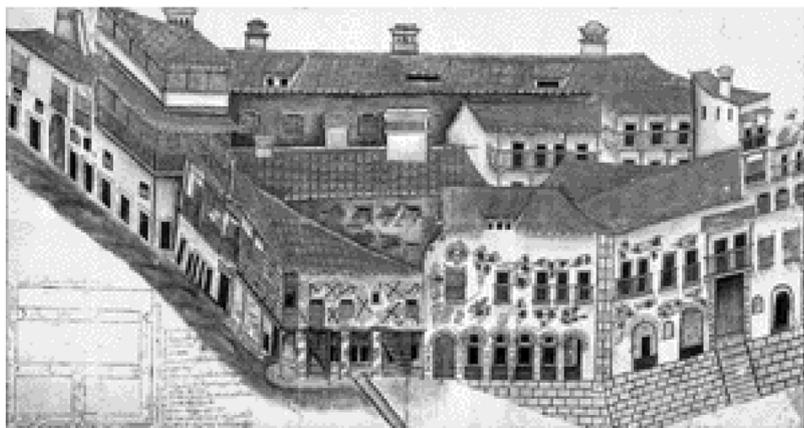
*Luciene Pessotti de Souza*

- 200**    **Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX.**

*Nelson Pôrto Ribeiro*

- 224**    **Tombamento de sítios urbanos: a atuação do IPHAN no Espírito Santo.**

*Letícia Von Krüger Pimentel*



## APRESENTAÇÃO

A presente publicação é, em parte, fruto dos trabalhos desenvolvidos durante o 'I Seminário do Urbanismo Colonial no Espírito Santo. Vila da Vitória: por uma perspectiva urbana'; evento este que foi realizado nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória, nos dias 24 e 25 de junho de 2008 e que foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFES.

Dissemos acima 'em parte' porque importantes pesquisadores, tanto portugueses como brasileiros, convidados pela organização, mas que não tiveram condições, pelos mais distintos motivos, de estarem presentes no evento, enviaram também contribuições para enriquecer esta nossa publicação final.

O Seminário do Urbanismo Colonial no Espírito Santo, evento científico aberto à comunidade - mas com apresentações de trabalhos restritas a convidados - propõe-se a ser, anualmente, um fórum nacional de discussão da construção da cidade e do espaço urbano português, em especial - mas não apenas - o daquele produzido no período da expansão portuguesa ultramarina.

A participação destes autores no evento e na publicação dá-se, sobretudo, em virtude da contribuição que suas pesquisas nos últimos anos têm colaborado para a reflexão da formação urbana nos territórios de cultura portuguesa.

Ao promover este evento que se conclui agora com a publicação desta obra, o Programa de Pós-Graduação em Artes da UFES, através de seu curso de Mestrado, Linha de Pesquisa em Patrimônio e Cultura, objetiva contribuir para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas entre pesquisadores portugueses e brasileiros, de condições estimulantes para incremento da formação graduada e pós-graduada.

Gostaríamos de agradecer expressamente o apoio que tivemos das agências de fomento a nível regional e nacional, sem as quais o evento e a publicação deste livro não teriam sido possíveis, são elas: FACITEC (Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória); FAPES (Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Contamos também com a gentil colaboração da 21ª Regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo. Por último, não poderíamos deixar de estender também nossos agradecimentos aos alunos e funcionários que trabalharam para que o evento fosse o sucesso que acabou sendo.

Vitória, dezembro de 2008.

Luciene Pessotti de Souza e Nelson Pôrto Ribeiro.  
(organizadores)

# OS AGENTES MODELADORES DAS CIDADES COLONIAIS

**PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS, Ph.D**

Doutor em Geografia (Ph.D), Université d'Ottawa,  
Canadá (1985)

Prof. do Mestrado em Planejamento Territorial e  
Desenvolvimento Social da Ucsal

Prof. do Mestrado em Geografia da UFBA  
Pesquisador CNPq.

## INTRODUÇÃO

O passado é um país estrangeiro, segundo Lowenthal. De fato procurar reconstituir o passado das cidades na longa duração não é uma tarefa fácil. A utilização dos agentes modeladores pode facilitar este entendimento. Deve ser considerado, entretanto, que as cidades no passado são diferentes das atuais. Por outro lado as cidades de origem portuguesa tinham características próprias que as diferenciavam de outras cidades coloniais como as de origem espanhola, nas quais vigorava a rígida Lei das Índias. Outra consideração importante é que as cidades brasileiras faziam parte de um universo maior, o do conjunto das cidades implantadas durante a expansão ultramarina portuguesa, fazendo parte, portanto, de uma “família” de cidades portuguesas, conforme Orlando Ribeiro (1994).

## O DEBATE SOBRE OS AGENTES SOCIAIS

Em artigo recente procurei fazer a síntese do debate sobre o uso dos agentes sociais nas ciências sociais. Uma das melhores definições encontradas sobre os agentes pode ser a de Zoildo et alii. (2002, p. 19) que definem o “agente urbano” como uma *“persona física o jurídica que, directa o indirectamente y de forma decisiva, participa en la configuración de la ciudad”*.

De fato, nas ciências sociais há um debate sobre a utilização de “atores” ou de “agentes” para o melhor entendimento das mudanças sociais. Alguns autores preferem utilizar a noção de atores sociais para o entendimento da sociedade como D. Harvey em *A Justiça Social e a Cidade*, 1980 [1973]; A. Touraine em *Le retour de l'acteur*, 1984; A. Durand-Lasserve em *L'exclusion des pauvres dans les villes du Tiers Monde*, 1986 e F. Tomas no seu *Les temporalités des villes*, 2003.

Outros autores utilizam ambas as noções como A. Giddens no clássico *A Constituição da Sociedade*, 1989 [1984]; M. Santos no seu livro *A Natureza do Espaço*, 1986 ou M. L. de Souza no recente livro *A Prisão e a Ágora*, 2006.

Finalmente, outros autores preferem a utilização da noção de agentes sociais, como o geógrafo H. Capel no seu artigo “Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español, em 1974; os sociólogos C. Topalov, no clássico *Les promoteurs immobiliers*, também de 1974; e P. Bourdieu no livro *O Poder Simbólico*, de 1989; os geógrafos R. L. Correa no introdutório *O Espaço Urbano*, também de 1989; H. W. R. Whitehand, no livro *The Making of the Urban Landscape*, de 1992; M. Adélia de Souza em *A Identidade da Metrópole*, 1994; M. Pacione, o livro *Glasgow. The Socio-spatial Development of the City*, 1995; o sociólogo L. C. de Q. Ribeiro no livro *Dos cortiços aos condomínios fechados*, 1997 e P. Vasconcelos nos textos de 1997, 2000-a, 2000-b, 2000-c, 2002, 2005 e 2008.

Deve ser destacado ainda que a quase totalidade dos autores utilizaram essas noções para o entendimento da questão habitacional, havendo pouca extrapolação para outras áreas, como para os movimentos sociais, e muito pouca para períodos históricos.

## **OS AGENTES MODELADORES E AS CIDADES COLONIAIS**

No exame das cidades brasileiras no período colonial desde 1997 utilizei a noção de agentes modeladores tanto em textos teóricos (1997, 2000a, 2000b, 2000c e 2008), quanto em textos aplicados à realidade de Salvador (2002 e 2005).

No texto pioneiro de 1997 dei destaque aos seguintes agentes que tiveram importante papel na formação da cidade colonial: a Igreja; as

Ordens Leigas; o Estado; os Agentes Econômicos e a População e os Movimentos Sociais. As cidades examinadas foram Recife-Olinda, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo.

Neste texto procuro atualizar o debate a partir da utilização de novas fontes e da comparação de outros contextos geográficos e incorporo algumas informações sobre a cidade de Vitória a partir da tese de Luciene Pessotti de Souza (2004).

## 1. O Estado

O Estado, sobretudo no seu nível superior, a Coroa Portuguesa, teve um papel fundamental na fundação e implantação das primeiras vilas e cidades brasileiras, seja diretamente como no caso de Salvador e Rio de Janeiro, seja através de donatários como Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Vitória, São Vicente, entre outras.

Embora o Estado tivesse funções mais restritas que as atuais, no início, ele foi responsável pela transferência das principais instituições portuguesas. O Estado mantinha a administração, o clero e as tropas. Apoiava as atividades econômicas e o escoamento dos produtos. Porém sua principal função foi a de defender a nova colônia.

### – A Coroa Portuguesa e seus representantes

A Coroa Portuguesa procurava administrar a nova colônia a partir de ordens diretamente enviadas de Portugal tanto para o Governador Geral (depois Vice-Rei), como para os Donatários e Governadores das Capitânicas. O Governo Geral, primeiro em Salvador, depois de 1763, no Rio de Janeiro, tinha poderes limitados sobre as demais capitânicas. No século XVII foi implantado o tribunal civil, a Relação, em Salvador, que tinha jurisdição inclusive sobre parte do continente africano, sendo subordinado, apenas, ao tribunal da Relação de Lisboa.

Os governadores e donatários tinham poderes de distribuir sesmarias, visando, sobretudo a realização de atividades agrícolas rentáveis. Eles intervinham e auxiliavam as atividades econômicas, seja no estímulo de novas culturas ou na busca de minerais preciosos, como no desenvolvimento de novas técnicas e realizavam atividades produtivas diretas, como a construção de naus de guerra, tanto nos arsenais de

Salvador como nos do Rio de Janeiro. Por outro lado, defendendo os interesses da Metrópole, o Estado também proibia atividades (como a tecelagem e a atividade dos ourives) em determinados períodos.

O Estado implantava e instalava repartições importantes, como as alfândegas, casas da moeda, mercados, depósitos de alimentos (“tullhas”), entre outros. Também realizava obras de infra-estrutura, como a implantação e ampliação dos portos, armazéns, estradas, canais etc.. Instalava também equipamentos urbanos, sobretudo depois do século XVIII, como hospitais militares, aulas de engenharia (em Salvador e Rio de Janeiro) e aulas régias, após a expulsão dos jesuítas.

A principal atividade do Estado, no entanto, era a construção e ampliação dos sistemas defensivos, sobretudo nas cidades litorâneas, através da construção de muros, muralhas, portas, trincheiras, diques, fortes e fortificações. Essa atividade era custeada através de impostos e taxas, assim como da ajuda dos habitantes, seja em dinheiro seja em escravos.

Em Salvador, após os muros e portas iniciais, o sistema de fortes foi implantado no entorno da cidade, seja na parte baixa, protegendo o porto, com o destaque para o forte de São Marcelo, seja na cidade alta, na parte sul, através dos fortes de São Pedro e São Paulo e na parte norte, pelos fortes de Santo Antônio e do Barbalho. O lado leste era protegido, primeiro pelo dique dos holandeses, depois pelo dique do Tororó. Os fortes, tanto no norte, como no sul, serviram como “pólos” de atração do crescimento da cidade. Na periferia sul, também foram implantados os fortes de Santo Antônio da Barra, de Santa Maria e de São Diogo, e na periferia norte os fortes de São Filipe e de São Bartolomeu.

O Rio de Janeiro tinha a entrada da baía defendida pelos fortes de São João e Santa Cruz. No litoral o forte da Ilha das Cobras ajudava na defesa da cidade e na parte alta da cidade estavam localizados os fortes de São Sebastião (sul) e de Conceição (norte).

Olinda era pouco defendida pelos seus muros, baluartes e fortins, e foi incendiada pelos holandeses. Em Recife, cidade fundada pelos mesmos invasores, os fortes mais importantes foram implantados nas proximidades do porto, como o do Brum, assim como na defesa do flanco sul da cidade, como o das Sete Pontas. Os rios também faziam parte do sistema defensivo.

São Paulo, localizada no interior, no alto do planalto contava com muros e baluartes e nunca foi atacada. Ouro Preto, nas minas gerais, não contou com muros, embora o palácio do governo tenha tido a forma de fortaleza.

As tropas eram divididas em regulares (pagas), auxiliares e de ordenanças. As auxiliares eram segregadas por cor (brancos, pardos e negros) e por atividades (comerciantes, artesãos). Um dos principais problemas era o do alojamento dessas tropas, que só foi minorado com a implantação de quartéis, e mesmo com a utilização parcial de conventos.

Finalmente, os prédios mais importantes da administração estavam localizados nas áreas centrais das cidades e vilas, como os palácios dos governadores e vice-reis, o tribunal de justiça (em Salvador), normalmente em torno de praças e largos. Esses prédios, embora com alguma imponência, não chegavam a ter a mesma importância dos prédios religiosos.

#### – As Câmaras Municipais

Sua composição era dominada pelos “homens bons”, sobretudo os proprietários agrícolas ou principais personalidades locais. Representantes dos artesãos participaram também da administração. A partir de 1616 juízes foram nomeados para comandar as Câmaras, aumentando o controle da Coroa. Os comerciantes foram autorizadas a participar a partir de 1740.

As Câmaras, também tinham funções próprias, desde a distribuição de terras urbanas (*datas*), a de definir as terras comuns (rossios), a de cobrar impostos e taxas e a de controlar os preços dos alimentos. Também procuravam manter e calçar ruas, construir e manter fontes, pontes e bicas. A limpeza das ruas, o controle, o despejo das águas e o destino do lixo urbano estava em suas atribuições, assim como o policiamento das ruas e o controle do comércio ambulante e da circulação dos escravos. Regras eram elaboradas sobre as construções, sobre a localização de atividades comerciais e artesanais, como, por exemplo, a Postura de 1785 em Salvador.

As Câmaras de Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto estavam situadas nas áreas centrais.

## 2. A Igreja

Assim com o Estado, a Igreja teve um papel determinante na estrutura das cidades brasileiras no passado. Os prédios religiosos se destacavam tanto no perfil das cidades, pela altura dos prédios, assim como sua implantação em sítios elevados, como na ocupação dos espaços urbanos, sobretudo no caso dos conventos e mosteiros. A localização dos prédios, em boa parte, dependeu de doações, não sendo, portanto, necessariamente premeditada. Discutiremos a Igreja em dois itens, o papel do clero secular e o papel do clero regular.

### – O Clero Secular

A Igreja no Brasil esteve condicionada pelo regime do Padroado, ou seja, pelo acordo entre o Vaticano e a Coroa Portuguesa que transferia para a segunda a responsabilidade da manutenção do clero e dos prédios religiosos em troca do recebimento, pelo Estado, dos dízimos devidos à Igreja.

O clero secular era composto pela alta hierarquia da Igreja e suas instituições, ou seja, os bispos, os arcebispos e seus correspondentes cabidos, tribunais eclesiásticos e seminários. O grosso do clero, entretanto, era composto pelos párocos, vigários e curas, além dos capelães, que realizavam os serviços religiosos nos quartéis, nos engenhos e até nos navios negreiros.

O alto clero regular estabelecia as divisões administrativas da Igreja, nas cidades, através da criação de paróquias, cujos limites serviram, posteriormente, de base para as freguesias e os distritos administrativos em que foram divididos os municípios brasileiros. As matrizes de cada paróquia eram importantes locais de sociabilidade, assim como tinham funções administrativas de registros civil de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos dos paroquianos. Os bispados também realizavam levantamentos censitários.

Deve ser destacada a importância do bispado e do arcebispado de Salvador, tendo jurisprudência inclusive, sobre parte do território africano, como Angola e São Tomé e Príncipe.

Em 1707, foi convocado o primeiro Sínodo Diocesano, que estabeleceu as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que, pela primei-

ra vez deram um ordenamento às regras a serem observadas pelo clero local, inclusive sobre a forma de implantar os prédios religiosos. Esse documento é interessante, na medida que foi elaborado para trazer as normas tridentinas, e adaptá-las à realidade escravista da América Portuguesa, como a inclusão, por exemplo, de “*Breve instrução dos mysterios da fé accommodada ao modo de fallar dos escravos do Brasil para serem cathequizados por ella*” (LIVRO III, Título 31, 579). Instruções específicas foram dadas para os brancos darem exemplo aos “*muitos neofitos, pretos, e buçaes, que cada dia se baptizam e convertem-se ...*”, pois eles aprendem mais “*das exterioridades*” do que das palavras (LIVRO IV, Título 27, 728).

No Livro I, além das limitações específicas da península ibérica, são adicionadas aquelas relativas à presença dos escravos africanos e seus descendentes. Quando trata, por exemplo, da ordenação dos sacerdotes, informações secretas deveriam ser realizadas para o exame “*da limpeza de sangue*” (Título 50, 213); com destaque dos impedimentos seguintes: ser filho ou neto de “*Infiés, Hereges, Judeos ou Mouros*”; “*se tem parte de nação Hebræa, ou de outra qualquer infecta; ou de Negro, ou Mulato*”; ou “*se é captivo ... e sem licença do seu senhor se quer ordenar*” (Título 53, 224). Essa exigência era necessária até para empregar um simples sacristão: “*que se tome informação se tem limpeza de sangue ...*” (Título 37, 609).

O Livro IV é o mais importante, pois define como fundar e edificar igrejas: “*em lugares decentes e accommodados ..., (a) Igreja Parochial ... se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado ... de lugares immundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção que ... seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fóra ...*” (Título 17, 687). Define também a orientação da igreja: “*posto o Sacerdote no altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente, ... e haverá no ambito, e circunferência dellas adros, e cemiterios ...*” (688). Informa também que as igrejas recebiam dotes de S. Majestade no valor de seis mil reais cada (689).

Finalmente, outro aspecto importante, na época, é que os delinquentes católicos poderiam gozar de imunidade nas igrejas, bastando que os mesmos “*se peguem aos ferrolhos das portas ..., ou se encostem a ellas, ou às paredes ou se recolhão debaixo dos alpendres ...*” (Título 32, 747), o que

os protegeriam da justiça secular. Porém não gozavam de imunidade, o “*Herege, Apostata, ou Seismático. Nem blasfemo, feiticeiro, benzedeiro, agoureiro, e sortilego ..., nem o ladrão publico salteador de estradas ...*” (755), nem o “*Judeu, Mouro ou qualquer infiel ...*” (758), e, diante da realidade americana: “*nem ... o escravo (ainda que seja Christão) que fugir a seu senhor para se livrar do captivo*” (757) (Ver VIDE, 1853).

As catedrais (sé), os palácios dos bispos e arcebispos, assim como dos seminários eram sempre localizados em locais centrais, ou seja, os de maior prestígio, visibilidade e simbolismo. As matrizes paroquiais, que também eram prédios importantes, eram implantadas na medida da fundação de cada nova paróquia e acompanhavam o crescimento das cidades.

#### – O Clero Regular

O clero regular era formado pelas ordens religiosas, masculinas e femininas. Inicialmente as primeiras ordens que chegaram na América Portuguesa tinham objetivo missionário, da catequese dos índios, assim como a do estabelecimento do ensino elementar. Em seguida chegaram outras ordens com outras vocações, como a do estudo e do aperfeiçoamento pessoal. As ordens regulares estavam inseridas na nova estrutura social. Elas receberam dons, heranças, na forma de terras, prédios, propriedades agrícolas e escravos. Para a seu sustento contavam com as cômputas da Coroa, assim como dos rendimentos de fazendas, engenhos, das casas de aluguel, assim como de empréstimos de dinheiro. Além da função de “bancos”, os conventos também era utilizados como local de hospedagem para visitantes eminentes. Suas amplas instalações também serviram, em períodos de crise, para alojamento de tropas, sendo transformados em quartéis.

Podemos destacar a ordem dos Jesuítas, a mais importante do período colonial. Ela recebeu imensas sesmarias e terras urbanas, assim como engenhos, fazendas e escravaria. Além das escolas, colégios, igrejas, conventos, seminários e casas de repouso, a ordem possuía, nas cidades, casas de aluguel, lojas, armazéns, cais, guindaste e até fragatas. A importância dos Jesuítas pode ser medida pela utilização de seus principais prédios após a expulsão da ordem em 1759: em São Paulo, Vitória e

em Recife seus prédios serviram como palácios do governo; em Olinda foi utilizado como seminário. Em Salvador a igreja se tornou a catedral, mesmo antes da derrubada da igreja da Sé em 1933; seus colégios foram transformados em hospitais em Salvador e no Rio de Janeiro.

As ordens femininas foram implantadas posteriormente às masculinas, a partir do século XVII, tendo em vista as restrições da Coroa Portuguesa devido ao pequeno efetivo feminino na colônia. Destacam-se, em Salvador, o convento feminino mais antigo do Brasil, o das Franciscanas Clarissas, que deixaram um legado de pouca seriedade e do abuso do enorme contingente de escravas para seus serviços pessoais e atividades urbanas, além das numerosas casas de aluguel.

Os estabelecimentos conventuais tiveram um importante papel na estruturação das cidades coloniais brasileiras, tanto pela dimensão e imponência de seus prédios, em geral eram os de maior porte nas cidades, assim como de suas dependências, como hortas, currais no interior de suas cercas. Outro efeito era o de atração do crescimento da cidade em sua direção, pela sua implantação e pela construção de casas para aluguel no seu entorno.

Em Salvador os Jesuítas ficaram na área central. Ao norte se localizaram os Carmelitas e as Ursulinas. No sul os Beneditinos, Capuchinhos e as Ursulinas. No leste ficaram os Franciscanos (ordem mendicante, mas com interior de maior riqueza), seguidos pelos conventos das Franciscanas da Lapa e do Desterro.

Em Olinda os Jesuítas, Franciscanos e Beneditinos se estabeleceram nas partes altas, enquanto os Carmelitas ficaram na parte baixa da cidade, o mesmo tendo ocorrido no Rio de Janeiro. Em Recife, os Jesuítas, Franciscanos e Carmelitas ficaram na área central, enquanto que os Capuchinhos ficaram mais afastados assim como os Frades de S. Francisco Nery. Essa cidade não contou com mosteiro dos beneditinos.

Vitória também não contou com os beneditinos. A igreja e colégio dos Jesuítas estavam em situação privilegiada no sudoeste da cidade, enquanto que os conventos dos Franciscanos e Carmelitas foram localizados, respectivamente ao norte da cidade.

Em São Paulo, os Jesuítas, fundadores da cidade, ficaram na parte central, tendo no entorno, em forma de triângulo os conventos dos

Franciscanos, Carmelitas e o Mosteiro dos Beneditinos. Em Ouro Preto não foi autorizada, como em outras áreas de mineração, a implantação de conventos, o que diferencia a sua paisagem e estrutura urbana.

Como a Igreja Católica era oficial e dominante, os demais cultos não eram autorizados ou eram clandestinos, causando, portanto, pouco impacto nas cidades do período colonial.

### 3. As Ordens Leigas

As ordens leigas eram instituições católicas, embora relativamente independentes da Igreja Oficial, tendo em vista que eram formadas pela associação voluntária de leigos, homens e mulheres. Eram associações de ajuda mútua, realizavam obras de caridade, e funcionavam também como instituições de empréstimos de dinheiro. Além dos recursos originários de seus membros, elas também contavam com casas de aluguel para sua manutenção.

Havia as Ordens Terceiras (as primeiras eram de frades, as segundas de freiras), que estavam vinculadas aos conventos. As de maior prestígio eram as Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo. Era necessário, para participar das mesmas, pagar “jóias” como entrada, o que limitava, em muito, o seu acesso, tornando-se uma espécie de “clube” das elites locais. Elas atendiam a seus membros residentes e aos de passagem. Houve caso, como a Ordem Terceira de São Domingos, de se implantar, mesmo sem a presença do convento dominicano, como no caso de Salvador. Elas possuíam recolhimentos e casas de aluguel. Em Recife a capela da Ordem Terceira de São Francisco é a mais rica da cidade.

As irmandades eram mais variadas. A de maior prestígio era a Santa Casa da Misericórdia, de grande tradição no Império Português. Ela era exclusiva dos brancos, e era exigido o comprovante de “limpeza de sangue”, não sendo admitidos pessoas de origem judaica, moura ou negra. Por outro lado exercia funções importantes, como a implantação dos primeiros hospitais nas cidades brasileiras. Cuidavam dos doentes, inclusive pobres, como marinheiros e escravos; realizavam enterros e assistiam aos prisioneiros. Estabeleceram orfanatos e recolhimentos de mulheres. Também ajudavam na formação de dotes de moças pobres. Como recurso, além da cotização dos seus membros, era uma das prin-

cipais proprietárias de imóveis e terrenos das cidades coloniais. Elas estão localizadas nas áreas centrais de Salvador, Olinda, Recife, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo.

Outras irmandades exerciam funções especializadas, como as do Santíssimo Sacramento, que se ocupavam da manutenção das Matrizes das paróquias. Havia irmandades ligadas às atividades: as do clero secular (“clérigos”), as dos militares, as dos comerciantes, as de determinadas categorias de artesãos e mesmo de traficantes de escravos, como no caso de Salvador. Algumas irmandades eram formadas por portugueses, outras por “brasileiros” brancos, outras eram compostas por pardos e outras por negros, sendo as últimas divididas entre crioulos e africanos. Algumas eram de maioria ou combinações étnicas, como no caso de Salvador. Suas funções principais eram também de ajuda mútua, empréstimo de dinheiro e, sobretudo, a garantia de um enterro decente. Algumas pessoas eram membros de várias irmandades. Outra atividade importante era a organização de procissões.

As irmandades mais ricas tinham igrejas próprias outras tinham capelas e as mais pobres realizavam suas atividades em capelas no interior de outras igrejas. O mesmo se dá com os patrimônios de sobrados, casas e terrenos.

De um modo geral, as Ordens Terceiras, (assim como as Misericórdias), tinham localização central, junto aos conventos respectivos. As irmandades dos pardos e negros ficavam situadas nas imediações dos centros. No caso de Ouro Preto, devido à ausência de conventos, as igrejas das irmandades tinham localizações privilegiadas, nos altos das colinas.

#### 4. Os Agentes Econômicos

Os agentes econômicos eram externos, como os proprietários rurais, e internos, como os comerciantes e financistas, os traficantes de escravos e os artesãos.

##### – Os Proprietários rurais.

Em geral, eram brasileiros, e tinham suas principais atividades e investimentos realizados nas áreas rurais, como engenhos, fazendas, casas-grandes, capelas e escravos. Também tinham propriedades nas

idades, inclusive em imponentes solares, onde viviam parte do ano com suas famílias. Eles eram membros das ordens leigas de maior prestígio. No caso de Salvador eles residiam, sobretudo, na Cidade Alta. Em Pernambuco eles preferiam residir em Olinda, e posteriormente também em Recife, ao longo do rio Capibaribe. Foram importantes doadores de legados a igrejas, conventos e fortificações.

– Os Comerciantes e Financistas

Em sua maioria eram portugueses, sobretudo nas cidades portuárias e controlavam o comércio de importação e exportação, até a abertura dos portos em 1808. No século XVIII foram autorizados a participar das Câmaras Municipais (1740), assim como passaram a ser admitidos como provedores da Misericórdia, o que mostra a ascensão social e política da classe. Eram também membros das ordens terceiras e de confrarias próprias. Os comerciantes assim como os caixeiros compunham os regimentos dos “Úteis”, em Salvador. Nessa cidade, os comerciantes residiam, sobretudo, na Cidade Baixa, onde construíram o imponente prédio da atual Associação Comercial, no início do século XX. No Rio de Janeiro eles habitavam nas áreas centrais da cidade. Em Recife, participaram da “Guerra dos Mascates”, contra os senhores rurais que habitavam em Olinda. Após 1808, os ingleses começaram a controlar o comércio de importação e exportação e preferiram localizar suas residências no bairro da Vitória no sul da cidade de Salvador, enquanto que no Rio de Janeiro eles se concentraram nos bairros de Botafogo e Catete.

– Os Traficantes de Escravos

É uma categoria a parte, embora formada por portugueses e brasileiros, conseguiram monopolizar o tráfico de escravos a partir dos portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, realizando diretamente a importação dos escravos, sem benefício para a metrópole. Esse tráfico permitiu uma importante acumulação local. Alguns eram muito ricos e tinham residências luxuosas em Salvador como no Rio de Janeiro. O Palácio de São Cristóvão é o resultado da doação da chácara do traficante Elias Antônio Lopes ao príncipe D. João, logo na sua chegada ao Rio de Janeiro. Em Salvador os traficantes chegaram a propor os

estatutos da uma companhia monopolista, e que tinha sua irmandade e devoção na igreja de Santo Antônio da Barra. No século XIX teve início uma série de conflitos entre os traficantes de escravos e os ingleses. Em São Paulo, o tráfico era basicamente de escravos indígenas.

#### – Os Artesãos

Eram um dos elementos mais humildes da sociedade, tendo menor prestígio numa sociedade escravista, em que o trabalho manual era desconsiderado. Eles chegaram a ter representantes nas Casas das Câmaras, como em Salvador e participavam de regimentos de milicianos, ao lado dos vendedores e taberneiros brancos. Eles eram irmãos menores na Santa Casa da Misericórdia, e tinham irmandades próprias, como a de São José. Confrarias organizadas realizavam exames para autorização de abertura de lojas. Porém, o escravismo desorganizou o sistema de aprendizado, tendo em vista a compra dos escravos para o treinamento e a realização do trabalho artesão. Posturas específicas foram elaboradas para a localização de suas atividades em 1785, em Salvador. Algumas ruas ainda recordam as concentrações, como as ruas dos Ourives. Os artesãos foram responsáveis pelas construções de prédios urbanos importantes, como igrejas, encomendadas pelas irmandades, inclusive as de cor.

#### 5. A População e os Movimentos Sociais

A sociedade no período colonial era dividida entre livres, libertos e escravos. Entre os livres havia a divisão entre os nobres e os “peões”.

#### – A “Classe Média”

Havia um esboço de “classe média” composta por pequenos assalariados, sobretudo funcionários, mestres de letras, físico-cirurgiões etc., que encomendavam a construção de suas casas aos mestres pedreiros, que eram construídos tanto em terrenos próprios como em terrenos foreiros. Uma boa parte também vivia de alugueis. Os mais altos funcionários ou os que tinham maior rendimento residiam em sobrados e solares, como os grandes proprietários de terra e os comerciantes. Os demais residiam em casas térreas.

### – Os Pobres e Libertos

Havia pobres de todas as cores, pois alguns portugueses não tinham recursos para a compra de escravos. Os mestiços também eram numerosos. Uma das possibilidades era a de viver como agregado de algumas famílias. Uma atividade possível era a pesca ou se engajar nas tropas, segundo a cor. Mas, os mais numerosos entre os pobres eram os libertos. Eles tentavam sobreviver numa sociedade de base escravista. Realizavam trabalhos ocasionais ou manuais semelhantes aos escravos. Alguns se estabeleciam no pequeno comércio, sobretudo as mulheres. Eles habitavam tanto o centro, como no caso de Salvador, como tinham roças na periferia. No Rio de Janeiro se estabeleceram perto do centro e nos morros e mangues. Em Recife os mangues com seus mocambos também foram locais de concentração de pobres e libertos.

### – Os Escravos

Os escravos eram contingentes importantes nas principais cidades portuárias. Chegaram a alcançar metade ou mais da população. Exerciam todo tipo de trabalho urbano, sobretudo o de doméstico, mas também trabalharam no ganho ou alugados, o que permitia que circulassem pelas cidades e habitassem de aluguel, inclusive em áreas centrais, como em Salvador. Alguns se concentravam em cantos, aguardando a solicitação de seus serviços. Os domésticos residiam com seus proprietários, nas lojas, em porões, nos andares superiores ou nos quintais.

### – Os Movimentos Sociais

Podemos chamar de movimentos sociais os levantes que ocorreram no período colonial, desde as rebeliões de tropas por atraso do pagamento, por exemplo, como levantes de pobres devido ao aumento do custo de vida. Alguns levantes foram políticos, separatistas, independentistas e republicanos, e foram devidamente reprimidos. Quilombos urbanos ocorreram desde cedo. Mas o mais grave foram as revoltas negras em Salvador, de cunho islâmico, que incluíam além de escravos, libertos das mesmas etnias, que tiveram continuidade durante o período imperial.

## CONCLUSÕES

O Estado e a Igreja aparecem como os principais agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras. Os palácios dos governos e a sedes das câmaras estavam sempre localizados nas áreas centrais das cidades.

As fortificações, por outro lado, seguiam uma lógica própria, sendo mais voltadas para a defesa dos portos e do litoral das cidades, também sendo encontradas em pontos elevados de caráter estratégico.

As catedrais (Sé), os prédios da principal ordem religiosa (Jesuítas) assim com da irmandade de maior prestígio (Misericórdia) estavam localizados nas áreas centrais de Olinda, de Salvador, de Vitória, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Era o resultado da antiguidade, do prestígio e da relação com o Estado.

Os conventos e mosteiros das demais ordens, assim como as ordens terceiras, estavam localizadas nas periferias imediatas das áreas centrais. As demais confrarias ricas estavam situadas próximas ao centro, enquanto que as mais pobres ficam em situação periférica.

Recife, fundada pelos holandeses, e Ouro Preto, sem conventos, seguiram a outras lógicas.

Os solares dos agentes econômicos estavam distribuídos no tecido urbano, se destacando pelos volumes. Alguns residiam em chácaras nos entornos das cidades.

Os comerciantes e artesãos residiam também em ruas especializadas, enquanto o resto da população ocupavam os demais espaços segundo suas possibilidades (construção ou aluguel) sobre terrenos próprios ou foreiros. Os libertos e os escravos de ganho também se inseriam onde podiam, sobretudo vivendo na periferia, ou no centro em casas ou quartos de aluguel, enquanto os escravos domésticos residiam com seus proprietários.

As cidades do período colonial guardavam em sua forma uma forte herança portuguesa, embora adaptada as novas condições ecológicas, mas a população que circulava na rua era formada sobretudo por escravos de origem africana, sobretudo nas grandes cidades portuárias.

Finalmente, a discussão sobre os agentes modeladores pode en-

riquecer o debate sobre os períodos pretéritos de nossa histórica, ajudando a entender as diferentes estratégias e interesses tanto dos grupos dominantes como daqueles dominados.

## REFERÊNCIAS:

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002 [1997].

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. Cambridge, Cambridge University Press, 2006 [1985].

RIBEIRO, Orlando. **Opúsculos geográficos**. Lisboa: Gulbenkian, 1994;

SOUZA, Luciene Pessotti de. **A Geopolítica do Sagrado. A participação da Igreja Católica na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória – ES (Século XVI ao XIX)**. Salvador. Tese (Doutorado) UFBA / FAUFBA/ PPGAU, 2004.

VASCONCELOS, P. A. **“Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial”**, in Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Correa, R. L. (org.) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 247-278.

VASCONCELOS, P. A. **“Salvador: os agentes do seu desenvolvimento”**, in Gonçalves, N. M. S.; Silva, M. A.; Lage, C. S. (org.) Os Lugares do Mundo. A Globalização dos Lugares. Salvador, Ufba, 2000-a, p. 184-188.

VASCONCELOS, P. A. **“Os agentes modeladores de Salvador no período colonial”**, Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, 3 (01/2000-b), p. 66-72.

VASCONCELOS, P. A. **“Les agents de la formation des villes coloniales brésiliennes”**, in Dias, L.; Raud, C. (dir.) Villes et régions au Brésil. Paris, L'Harmattan, 2000-c, p. 79-92.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus, Editus, 2002.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador de Bahia (Brésil). Transformations et permanences (1549-2000)**. Paris, L'Harmattan, 2005.

VASCONCELOS, P. A. **“A utilização dos agentes sociais nos estudos da Geografia Urbana: avanço ou recuo?”**, 2008 (Inédito).

VIDE, D. Sebastião M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, Typographie 2 de Dezembro, 1853 [1707].

ZOILDO N., F. et alii. **Dicionario de geografia urbana, urbanismo y ordenación del territorio**. Barcelona, Ariel, 2000.

# A RELEVÂNCIA DA CARTOGRAFIA PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE URBES COMO AVEIRO

**WALTER ROSSA, DR.**

Doutor em Arquitetura pela

Universidade de Coimbra (2001)

Professor do Departamento de Arquitetura da

Faculdade de Ciências e Tecnologia da

Universidade de Coimbra

*Até nas formas mais arcaicas, os desenhos técnicos — aqui muito em especial cartográficos — detêm um enorme potencial de informação. Não sendo simples a sua leitura plena continuam a ser pouco utilizados e por poucos. É também comum considerarem-se ilustrações e não fontes, assim se perdendo valor e informação. Do treino dos historiadores fazem sempre parte técnicas paleográficas e hermenêuticas de leitura de textos de várias épocas e tipos, mas raramente a descodificação de desenhos técnicos e o estabelecimento de relações entre os factos históricos e a sua espacialidade. O objectivo deste texto não é de simplificar o que de facto não é simples, mas sim o de, no âmbito temático deste número da Sal, confrontar o leitor com a existência desse tipo de fontes e com a sua importância para uma mais completa interpretação e construção da História e descodificação do presente. Deixo para outra oportunidade a reflexão sobre as potencialidades que o exercício do desenho tem como método e instrumento de investigação.*

Nas suas mais diversas formas e desde que obedeça a um protocolo claro, o desenho é um dos mais fiáveis instrumentos de registo de uma qualquer realidade imaginada ou materializada. No último dos casos diria mesmo que, depois do(s) objecto(s) que materializa(m) essa realidade, é mesmo o mais fiável. Por mais objectivo que pareça, qualquer processo de registo de uma realidade é uma abstracção dela e, enquanto tal, recorre sempre a filtros/códigos. Mesmo aquilo que nós vemos e sentimos é diverso para outrem e diverso em função da multi-

plicidade de factores que determinam a nossa percepção no momento. Tudo o que pensamos ser a realidade não é mais que uma abstracção individual e datada da realidade em si, a qual anda por aí...

Por exemplo, a descrição por palavras — escrita, oral, cantada — ou por imagens captadas do real — cinema, fotografia, pintura — integra sempre distorções involuntárias de natureza técnica — induzidos pelos meios usados — e pessoal. A estas acrescem sempre os domínios conscientes do interesse e/ou da criatividade. Para melhor entender isto não precisamos de ir mais longe do que invocar as mais diversas expressões e legado das correntes artísticas dos *realismo*, *neo-realismo* e *hiper-realismo*, as quais recorreram a um terminologia precisa no sentido de manifestarem o seu desígnio em representar o real, o que perante os resultados não pode deixar de confirmar a insegurança e a distância a que qualquer aproximação rigorosa da realidade acaba por dela ficar. Importa também não esquecer o quanto, quotidiana e propositadamente, se distorcem factos reais através de documentos e como disso tantas vezes se esquece o investigador. É necessário criticar a fonte, conhecer a sua história, por mais coerente que seja a sua aparência. Há sempre pelo menos duas versões de uma mesma acção.

Qualquer registo da realidade tem, pois, um protocolo de comunicação que age como filtro, sendo esse claramente estabelecido e declarado ou não. Mas no concreto não há situações puras, em que esse protocolo é absolutamente esclarecedor ou completamente oculto. Cabe a quem usufrui desse registo descodificá-lo de acordo com o próprio objecto, a informação disponível e a sensibilidade, experiência e conhecimento pessoais. Nós não vemos o que está à nossa frente, mas sim o que de tudo isso e em função do momento consciente ou inconscientemente nos impressiona. Assim se introduz uma nova película ou filtro de subjectividade.

O papel do historiador ou do crítico de arte, por exemplo, não é mais do que, respectivamente, interpretar e explicar uma determinada realidade através dos seus registos disponíveis ou descortinar o protocolo que presidiu à elaboração de determinados registos. Tenha-se ainda em linha de conta que, por sua vez, qualquer um deles fixa o resultado do seu trabalho segundo determinados protocolos, nem sempre claros, colocando-

se frequentemente em jogo a valorização excessiva do papel do próprio.

Não é este o local para dissertar sobre a importância que a mais recente tomada de consciência do que acima fica registado teve e vai tendo na forma de entender e produzir conhecimento nos mais diversos domínios disciplinares, mas tudo se pode resumir a uma expressão com tanto de boçal quanto de simples: tudo, mesmo tudo, até o mais cientificamente comprovado facto, é relativo e provisório. Por graça podemos dizer que a *teoria da relatividade* einsteniana é mesmo real e universal e tem um valor de postulado para a vida equivalente ao cartesiano *penso logo existo*, ou ao socrático *só sei que nada sei!*...

Porquê aqui esta breve reflexão/abstracção prévia? Porque, relatividade estabelecida, me interessa situar com algum rigor a relevância do *desenho de protocolo claro* como documento fiel de registo da realidade projectada e/ou concretizada. Neste caso o protocolo obedece a duas ordens de factores: o conjunto de regras de representação adoptado e o fim para o qual o desenho foi feito, ou seja, a natureza da sua encomenda. Dificilmente um desenho dito *livre* ou *à mão levantada* obedeceu de forma clara a ambos os princípios. Falo pois de tipos de desenho que habitualmente chamamos *rigoroso*, *geométrico* ou *técnico*, entre algumas outras designações possíveis. São as regras de rigor e/ou a geometria o seu protocolo, mas não só, pois também as motivações ou encomenda determinam a sua expressão e os códigos porque se regeu a sua elaboração. E quando o protocolo não é claro — o problema pode ser do emissor, mas também do receptor — impõe-se ao observador a sua clarificação e crítica.

O que deu origem a um desses desenhos — a encomenda e/ou as motivações — é da maior importância para a sua leitura, muito em especial quando lidamos com elementos que registaram realidades para as quais a quantidade de informação é escassa. Quando hoje procuramos informação sobre uma determinada parcela do território podemos recorrer a fotografias e levantamentos de todo o tipo, mas deparamo-nos com a mesma questão de sempre: representação alguma contém tudo o que existe na realidade. Por exemplo, não é possível juntar numa mesma fotografia aérea ou de satélite — ainda menos vertê-lo em abstracções em desenho — a informação dada por um registo

com a sensibilidade cromática próxima à do olhar humano com outra que junte a informação — importantíssima para determinados fins — que o registo de frequências invisíveis a olho nu (infra-vermelhos, ultra-violetas, raios X, etc.) nos pode dar. Há sempre uma temática que exclui, mas isso ocorre com todas as formas de registo da realidade. Todo o desenho é temático.

O *desenho*, que apenas para esta reflexão e também por razões de comunicação aqui decidi designar como de *protocolo claro*, constitui-se assim num instrumento de registo da realidade muito exigente e por isso muito útil porque preciso. Por entre as diversas vertentes dessa exigência importa aqui destacar o facto de não permitir a descontinuidade inconsciente da representação. Com efeito, ao invés de uma descrição por palavras, que inevitavelmente deixa mudos e olvidados espaços intersticiais entre os objectos incluídos na narração, aquele tipo de representação não pode deixar de assumir o vazio ou representar a realidade desses espaços. Por outro lado há coisas que apenas o desenho pode descrever com fiabilidade. Como narrar por escrito a morfologia e o parcelário de um conjunto urbano?

A representação desenhada segundo um protocolo claro — o *desenho técnico* — da realidade não pode ser inconscientemente descontínua. E assim se incluem informações frequentemente tidas como desnecessárias ao fim que presidiu à representação, mas que dele nos dá um registo essencial: o do contexto. E quantas vezes o que é contexto para um fim vira objecto para outro? Quantas vezes encontramos coisas novas numa paisagem, numa pintura, numa fotografia, num desenho já visto inúmeras vezes? Tudo depende do que no momento nos preocupa e impressiona.

Tudo isto para valorizar o papel inestimável como fonte das representações em desenho técnico de realidades passadas. Tudo isto também para tornar clara a necessidade de as cotejar com a realidade actual, com a história do objecto de estudo e a do próprio documento. Por vezes custa-nos estabelecer até que ponto temos em mãos uma representação da realidade — vulgo levantamento — ou um projecto. Também é vulgar não nos apercebemos da probabilidade que o representado tem de ter deixado marcas ainda perceptíveis na realidade actual.

É evidente que quando me refiro a desenhos técnicos de representação da realidade com o valor de fonte para a História, na sua quase esmagadora maioria me estou a referir a elementos que vulgarmente são reconhecidos como *cartografia*. Muitos deles contêm projecto, mas como não era comum projectar-se sem se ter em linha de conta o suporte, acabam por também conter levantamento e assim se constituem em elementos cartográficos. É também claro que tendencialmente esses desenhos representam áreas relativamente vastas, normalmente à escala urbana ou do território, caso contrário seriam projectos ou levantamentos de edifícios ou de objectos ainda mais pequenos. Se como já atrás se disse todo o desenho é temático, quando nele procuramos algo extra impõe-se-nos pois uma pesquisa de vestígios diversos, numa espécie de arqueologia do próprio.

Frequentemente me deparo com o paradoxo da divulgação maciça e recurso continuado a registos da realidade em desenho cuja fiabilidade não está demonstrada e cujas regras de representação são ambíguas, em detrimento de outros em que sucede o contrário e que, por isso, têm maior potencialidade de nos informar com menor erro. Exemplifico, sem dificuldade, com casos de Aveiro: a gravura da *Panorama* (12 Jan. 1843, vol.II, p.17) e o conjunto de dois desenhos num só suporte da colecção do Museu de Aveiro.

Sobre a primeira sabemos suficientemente pouco: como para muitas outras paisagens urbanas, foi elaborada para aquela revista, sendo por isso posterior à realidade retratada, designadamente as muralhas. Não temos certezas sobre a que informação terá recorrido o autor — por certo que alguns testemunhos orais terão sido relevantes — o qual também desconhecemos. Sei, porém, que tem sido reproduzida e exposta pelas mais diversas formas, de livros sérios a painéis em estabelecimentos comerciais e materiais publicitários. A única razão que encontro para isso é a sua fácil leitura, quase imediata. Pouco importam as distorções perspécticas, a desproporção entre os elementos representados ou a fantasia sobre alguns, etc. Ali temos uma imagem cuja descodificação é simples, intuitiva mesmo para os observadores menos treinados. Não é mais que uma mera ilustração.

Parecem-me muito distantes, mas talvez o autor dessa gravura te-

nha recorrido à única representação à mão livre da cidade feita perante o objecto que conhecemos, o *Averiense Prospecto*, desenho do último quartel do século XVIII de autor desconhecido, hoje à guarda do Museu de Aveiro. O problema é que a distorção em relação a esta fonte é tão grande que nos ficam dúvidas. Mas a ser verdade é espantoso como a fortuna crítica da (má) cópia contrasta com o quase desconhecimento do hipotético original. Claro que este é a cores e de traços sensíveis, por isso difícil de reproduzir, mas com os meios de que hoje dispomos... Ainda mais impressionante é o facto de aqueles que se têm dedicado a fazer a história da cidade ainda não terem explorado, exaurido, a informação que nos dá o conjunto original.

O *Averiense Prospecto* tem no verso um levantamento planimétrico da urbe com o seu subúrbio intitulado *Averien Civit. Planispheri cum ipsius SubUrbis*. Trata-se de um conjunto coerente que obedece a um protocolo de representação geométrico-topográfico que nos dá razoáveis garantias de fiabilidade — permite aferir a topologia que a vista do verso nos apresenta muito distorcida. Tratam-se de desenhos esboçados a lápis, posteriormente passados a tintas e aguarelados de diversas cores. O levantamento tem por base uma quadrícula e um petipé (escala gráfica) em varas. Adquirem ainda especial relevância gráfica uma rosa dos ventos e a cartela onde se inscreve o título. Ambos contêm ainda preciosas legendas.

Este conjunto não teve ainda o estudo que merece, pois o que acabo de deles descrever e ainda vou dizer são meras generalidades baseadas na sua observação sumaria à luz da minha experiência enquanto investigador de história do urbanismo e não propriamente de história da cartografia. No futuro será difícil, mas possível, estabelecer a sua origem (motivação e núcleo de autoria). Existem formas relativamente rudimentares de o datar com mais precisão, por exemplo, cotejando o que está representado com a cronologia conhecida dos elementos representados. A técnica de desenho conduz-nos à 2ª metade do século XVIII, o que me parece confirmado pela expressão decorativa rocaille das cartelas onde estão inscritos os títulos. A própria grafia dos mesmos e das legendas, em letra de forma e não cursiva, também nos conduz para as últimas décadas de Setecentos. Em tudo me lembram alguns conjuntos de dese-

nhos então feitos por engenheiros militares sobre cidades no Brasil.

Não deixa de ser importante destacar como a vista é uma tentativa de descrição dos principais elementos da paisagem urbana da cidade de então. A meu ver é essa a melhor forma de explicar porque é que a relação topológica entre os edifícios está completamente distorcida, ou seja, não existe nenhum ponto de observação que permita ver tudo quanto ali é representado naquelas posições relativas, numa espécie de cidade enfileirada para revista em parada. Isso é bizarro quando no verso verificamos como o autor tinha uma noção bastante correcta dessas relações, a não ser que consideremos que para ele, uma vez que a posição estava descrita na representação planimétrica, ali lhe era permitida distorção por forma a poder mostrar tudo. Isto é bem mais comum do que o que se possa pensar. Note-se, por exemplo, como é deliciosa a preocupação em representar o recorte montanhoso ao fundo, com a Serra do Caramulo e a posição de povoados de meia encosta como as Talhadas e Boialvo.

Também não percebo porque se estabeleceu a ideia de o autor ser espanhol. À excepção dos títulos de um mau Latim, nada nos desenhos surge escrito noutra língua que não o Português da época. Aliás tudo nos conduz para uma autoria comum à do conjunto de desenhos relativos à reforma de Aveiro através da valorização das suas potencialidades portuárias pertencentes ao acervo de cartografia antiga do Instituto Geográfico Português.

Trata-se de uma colecção razoavelmente extensa, de grande qualidade e inestimável conteúdo. Foi referenciada por alguns investigadores e, muito em especial, pelo autor do catálogo do acervo daquela instituição (então Instituto Geográfico e Cadastral), Humberto Gabriel Mendes em (1972/3) — Cartografia e engenharia pombalinas da ria e Barra de Aveiro. *Boletim do Arquivo Histórico Militar. Lisboa*: vol.s LXII/LXIII, 1972/3: 7-80/7-143 e (1974) — Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: vol. LX, 1975: separata. Em Novembro de 1997 foi também objecto de uma exposição no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro com catálogo de Inês Amorim que, aliás, publicou parte desses desenhos, infelizmente a preto e branco, num anexo à sua

obra (1996) — *Aveiro e a sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. 2 vols, 1997.

Pela sua escala (próxima das que hoje usamos para o desenho urbano), detalhe, rigor e como fonte quase inesgotável para a reconstituição da topografia e morfologia da cidade pelo início da década de 1780, detenhamo-nos agora brevemente no inominado levantamento da cidade atribuído ao engenheiro militar Izidoro Paulo Pereira, o item nº 390 da colecção do Instituto Geográfico Português. Farei apenas algumas observações e chamadas de atenção.

Não é um desenho inacabado — como a ausência de rótulo ou título podem fazer crer —, mas um típico borrão de levantamento da época, também elaborado com o recurso a uma base em quadrícula a lápis. Para além dos diversos dados toponímicos e fundiários, dá-nos indicações precisas e impossíveis de registar por escrito, sobre a morfologia urbana, o parcelário e as frentes de rua então ocupadas com construções. Podemos também ler diversos dados sobre o salgado, a ria e os canais urbanos em vias de serem ordenados. Note-se como (ainda não) eram as frentes urbanas da Beira Mar com relação ao salgado, designadamente na zona da actual Praça do Peixe e do Canal de S. Roque.

Atente-se também, porque ao que sabemos é única, na informação sobre os desaparecidos templos do Espírito Santo (actual Largo

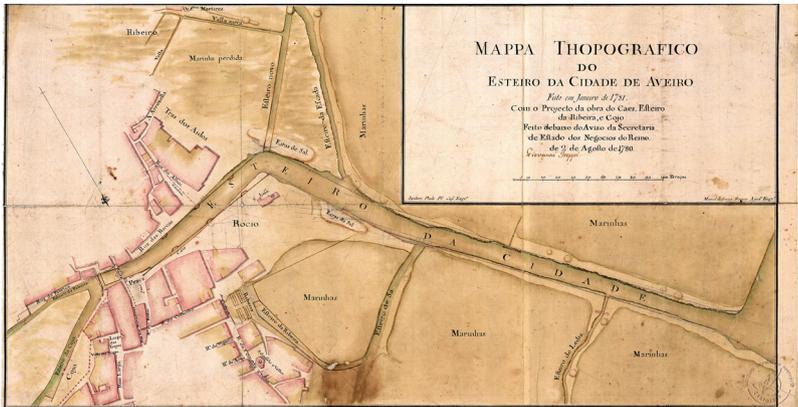


Figura 01: “Mappa Thopografico do Esteiro da Cidade de Aveiro Feito em Janeiro de 1781...”. Giovanni Iseppi.

Fonte: Instituto Geográfico Português, Imagem 318.

das 5 Bicas), da Vera Cruz (actual Largo Maia Magalhães), de S. Miguel (actual Praça da República) e de S. João (actual Rossio), bem como nos respectivos adros e, ainda, no que diz respeito à disposição dos corpos principais do Convento das Clarissas de Sá (hoje Quartel da Guarda Nacional Republicana). Também no que a isso diz respeito é bem interessante verificarmos como se estruturavam os espaços fronteiros de alguns outros edifícios e equipamentos públicos de que ainda usufruímos e cuja geração morfológica só assim se pode compreender cabalmente. Verifiquem-se ainda o que eram então artérias de acesso ao núcleo urbano e correspondentes eixos de crescimento, face àquilo a que deram origem na cidade de hoje — por exemplo a já então Rua do Seixal e a sua relação, entretanto obliterada, com a actual Rua Engenheiro Von Haff. Por último veja-se a clareza e rigor da informação dispensada ao traçado da muralha quatrocentista.

É extremamente provável que tenha sido este levantamento a base para alguns outros desenhos de projecto e representação da colecção



Figura 02: Levantamento da Cidade de Aveiro. Izidoro Paulo Pereira (atrib.)  
Fonte: Instituto Geográfico Português, circa 1780, Imagem 390.

a que pertence. Todos os outros são desenhos de apresentação, com cores, legendas, especificações, assinaturas. Alguns deles representam a cidade com bastante rigor, pese embora o facto de serem a escalas de relação bastante superior. São relativos à ria e à abertura da barra. Também não me espantaria que um dia se verificasse documentalmente ter também sido ali que o autor dos dois desenhos à guarda do Museu de Aveiro baseou o *Averien Civit. Planispheri cum ipsius SubUrbis*, o qual, apesar de ser menos preciso e segundo uma escala de relação superior, partilha diversas semelhanças na informação e a quadrícula de proporção segundo o mesmo sistema de coordenadas.

Concluindo esta breve abordagem aos elementos cartográficos mais antigos que representam a Aveiro à escala urbana, deixo à interpretação do leitor o *Mappa Topografico do Esteiro da Cidade de Aveiro Feito em Janeiro de 1781...* por Giovanni Iseppi. Não se esqueça que o essencial ainda existe no terreno — repare, por exemplo, no traçado do aqueduto e nos projectos para os muros dos canal central e para a Praça do Peixe — e que a leitura do desenho fica longe de se esgotar com uma análise visual directa. Comece por pedir o necessário apoio bibliográfico na Biblioteca Municipal...

## NOTA

Este texto foi escrito originalmente para Sal — boletim municipal de cultura. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. n.º1, vol./ano 1, 2007, p. 4-9

# PROJEÇÕES DA ENUNCIÇÃO: A CARTOGRAFIA PORTUGUESA DA BAÍA DE VITÓRIA (SÉC. XVI-XVIII)

**CLARA LUIZA MIRANDA, DRA.**

Doutora em Comunicação e Semiótica,  
Pontifícia Universidade Católica, São Paulo (2004).  
Professora do Departamento de Arquitetura e do  
Programa de Pós-Graduação em Artes da  
Universidade Federal do Espírito Santo.

Objetiva-se entender o funcionamento do sistema projetivo da cartografia portuguesa da Baía de Vitória produzida entre os Séculos XVI e XVIII, para situar o seu lugar político e social mediante o exame dos efeitos de sentido instalados por seus dispositivos gráficos. A cartografia, forma de dominar o conhecimento do mundo naquele período, possibilita estabelecer transversalidades entre técnicas de representação e técnicas de controle do território. Por intermédio dessa cartografia a história da Baía de Vitória se espacializa. Os mapas das entradas coloniais expressam a busca de eldorado e a dificuldade do domínio territorial; a cartografia militar referenda a posição defensiva regional; e finalmente, no Século XIX, os mapas registram tentativas de ruptura com o isolamento ao qual a capitania (província) foi submetida no período do ouro nas Minas Gerais.

Situa-se o corpus de mapas como parte da produção discursiva sobre o território e a cidade, como enunciação. Como diz Louis Marin, a cartografia, em seus lugares e em seus espaços, identifica-se a um projeto político econômico. Não é outra coisa que a inscrição de seu “projeto”, como desígnio e desenho.

Enunciado é o objeto que manifesta sentido ao passo que a enunciação é a ação do sujeito no processo de geração do sentido, que desencadeia a semiose. O sentido encarna no objeto, que significa pela

descrição dos seus modelos de plausibilidade, de apetição e de valorização, seus modelos epistemológicos, além de suas prescrições ou proscricões.

Algirdas Greimas diz que significação é a transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem para outra e o sentido é a possibilidade de transcodificação (GREIMAS, 1975, p. 13).

A produção de sentido é um processo de desdobramento, disjunção, projeção de imagens do mundo referencial ou um processo de conjunção que constitui ilusões enunciativas de realidade. A interpretação dos mecanismos de conjunção e disjunção baseia-se na manifestação, respectivamente, conjunta ou separada do espaço, do tempo e dos atores em relação ao enunciado – a presença ou a ausência de marcas do enunciador no enunciado. São mecanismos que contextualizam ou descontextualizam, projetando coordenadas espaço-temporais, assim como os agentes e os atores. Esses mecanismos configuram rupturas semióticas, a permanência ou a transformação dos elementos de significação e seus efeitos de sentido.

Um mapa fornece uma imagem incompleta do território, é um esquema representativo seletivo, que reduz a realidade a uma abstração espacial. Pode-se dizer, ainda, que um mapa ao representar o espaço, por consequência, representa a conjugação dos sistemas de objetos naturais, artificiais e sistemas de ações dos homens (SANTOS, 1999: p. 50-1). Por sua vez, a projeção da superfície terrestre curva, irregular, orgânica e extensa para a superfície bidimensional do mapa distorce a realidade. Nesse sentido, a representação recorre aos dispositivos de simulação e de dissimulação dos referentes que se constituem códigos: a escala, a projeção e a simbolização (SOUSA SANTOS, 1981)<sup>1</sup>.

A escala é a relação entre a distância no mapa e distâncias lineares correspondentes no terreno, sua utilidade consiste na redução da realidade a sua “essência”. Há uma denominação cartográfica específica de acordo com a escala: mapas, para escalas geográficas; cartas, para escalas topográficas; plantas, para topografia em detalhe, vilas e cidades, por exemplo; croquis, esboços ou desenhos de levantamentos (GUERRA, 1978: p. 78-9). As projeções são os recursos gráficos que representam a transposição superfície curva da terra para um plano

bidimensional. A simbolização representa graficamente, esquematicamente, de modo convencional ou figurativo elementos e características da realidade espacial selecionados. Não tem implantação rigorosa.

No caso da cartografia tradicional, freqüentemente, o processo de interpretação solicita vínculos exteriores ao objeto analisado. Os mapas (e cartas) constituem um corpus, de natureza gráfico-verbal, configurando a intertextualidade entre figuratividade e estruturas discursivas. Na cartografia, a relação convencional entre expressão e conteúdo torna-se a enunciação de uma forma de ver o mundo.

Os sistemas de projeção cartográficos e astronômicos inventados pela navegação nos quatrocentos permitiram a orientação em lugares desconhecidos, a circunscrição e o progressivo recenseamento globais do espaço (LEVY, 1999: p. 160). De modo que a história do mundo do período entre os quatrocentos e os oitocentos reflete-se na história da cartografia, que possibilita acompanhar as transformações do conhecimento humano sobre a Terra. Os portugueses desempenharam um papel fundamental nesse processo.

A descrição da visualidade de um enunciado se faz a partir das marcas que guiam o olhar do observador. Pelo caráter da cartografia, a análise privilegia os procedimentos figurativos utilizados pelo enunciatador para produzir um crivo de leitura social, códigos que estabelecem um lugar para o objeto, numa cadeia determinada por suas atribuições.

O sistema de representação cartográfico é abordado neste trabalho como referência de um objeto, “indicação e aparecer” e “manifestação de si” (FOUCAULT, 1989: p. 80). Representar é simular alguma coisa para alguém com alguma intenção: informar, instruir, designar, prefigurar, controlar, proscrever, fazer agir. Tal sistema expressa-se mediante formas de ver e registrar o mundo, que moldam o modo de pensar o objeto referencial<sup>2</sup>. Os mapas, como a história, podem ser concebidos como múltiplos estados de coisas, ligados entre si por inúmeras de relações (SERRES, 1994).

Tanto a escala, quanto a projeção e a simbologia são recursos cartográficos condicionados pela técnica, pelo contexto histórico e político. O objetivo pelo qual o mapa é confeccionado é um fator determinante na escolha do tipo de mecanismo de simulação utilizado, é

sua temática. Os mapas podem ser mais figurativos ou mais abstratos, possuir sinais expressivos ou não, sinais referenciais ou convencionais.

Os cartógrafos, por sua vez, no período retratado, estavam submetidos a restrições sociais e políticas (por instituições de ensino, do Estado, interesses políticos e econômicos), e condicionados ao desenvolvimento dos seus dispositivos técnicos. Destaque-se que a técnica confere o vínculo espaço-tempo, historicamente e epistemologicamente (SANTOS, 1999: p. 44).

A relação entre observação, registro e elaboração dos mapas se modifica no período estudado. Nos mapas dos Séculos XVI e meados dos XVII, os cartógrafos foram delegados na sua execução por outros sujeitos – reis, pilotos, colonos, autoridades – eram submetidos a limitações geográficas do conhecimento do sítio de fato. Há uma disjunção espacial, o cartógrafo cita que o registro espacial de alhures confere com a narrativa de outro.

No Século XVII, o conhecimento de espaço se torna crucial para as negociações das pretensões territoriais e litígios de fronteira. A Coroa Portuguesa promove inventários diversos sobre seus domínios, a cartografia era um dos instrumentos, além das ciências naturais e da etnografia. Os registros gráfico-descritivos passam a ser efetuados conjuntamente com a observação direta por componentes de expedições científico-militares enviadas ao Brasil (RAMINELLI, 2008: p. 72-73). Ronald Raminelli conta que as expedições portuguesas do Século XVII eram chefiadas por cartógrafos ou especialistas de diversos ramos de conhecimento, principalmente, cientistas italianos ou alemães, causando alguma confusão nos executores no objetivo da observação e registro (naturalístico, topográfico, geográfico, etnógrafo). No corpus desta pesquisa não há mapas segundo tais métodos, pois, as regiões de interesse para demarcação de fronteiras e para conquista eram: a sul, a Amazônica, e o centro-oeste.

A política de colonização do reino modifica-se no Século XVIII, buscando uma exploração colonial mais metódica e eficaz, ampliam-se os quadros técnicos no Brasil. São abertas Escolas Militares nos principais centros: Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O objetivo era fornecer quadros militares para controle territorial ul-

tramarino e também para as necessidades gerais dos povoados (REIS FILHO, 1968). A representação alcança objetividade universalizante, com maior aproximação (tópica) dos operadores da técnica para obter controle territorial.

Em todo caso, o mapa-enunciado pode se colocar de modo assertivo, informativo, alético, deôntico e/ou epistêmico (MARIN, p. 207), de modo que o destinatário pode acessar aos seus sinais como códigos e com essas pistas, acessar o enunciado<sup>3</sup>. Considerando-se os dados que constam nos mapas, a modalidade alética se coloca com a possibilidade de orientação, de deslocamento, de localização; interligada a esta, a epistemológica refere-se também as problemáticas da representação e da técnica; a modalidade deôntica demarca o poder, a posse. Sobre tudo, aparecendo como argumento nos mapas em disputas judiciais, na elucidação de fronteiras ou no alcance de tributos do “estado de pré-conquista” (BLACK, 2005: 24-5).

Os mapas podem ser considerados agenciamentos estruturais para acesso e deslocamento ou para nomear e registrar signos que permitem reconhecer a autoridade e a lei de ordenamento local. Estes aspectos freqüentemente mostram-se com índices de singularidades do local. E ainda, podem definir lugares ou espacialidades como imobilidade de uma tradição ou memória, ou ainda, instituir a autoridade que as disseminam (MARIN, 1994, p. 210).

A constituição de um corpus de mapas confeccionados sob condições técnicas e históricas diversas das atuais remete ao desejo de saber algo das condições de produção desses mapas. Podem-se levantar elementos do “contexto semiótico” do objeto de leitura cartográficos. A finalidade é compreender que tipos de discurso sobre o território ou a cidade se instituem e se articulam, visando, ainda, estimar como se situam nos mapas e nos prospectos traços do passado e estruturas do futuro, desvendando em seu contexto os termos de intenção e de projeto que tais representações veiculam (MARIN, 1994, p. 206-7).

O funcionamento do dispositivo cartográfico como significante de intencionalidade, aponta o tópico de poder de qual “política de urbanismo” ou territorial está colocada (ou projetada). Em certa medida, é a especificação desta intencionalidade de significado (MARIN, 1994, p. 208)

Neste trabalho, interessa entender a partir das marcas dadas à visibilidade ou a legibilidade, o que a cartografia manifesta sobre o território. Por causa da desapareição material do antigo modo de habitar do sítio da Baía de Vitória, os mapas constituem pistas muito significativas dessa história.

Há ressonâncias deste empreendimento em tempos remotos, pois, entre os Séculos XVII e XVIII, os mapas além de progressivamente configurarem a territorialidade política, “passaram a ser um modo pelo qual o passado seria representado” (BLACK, 2005: p . 41).

## **SABER PARTE E DESCOBRIR**

Cesse tudo que a antiga musa canta, que outro valor mais alto se alevanta.

Luís de Camões

A história da cartografia portuguesa está ligada intimamente às navegações, aos descobrimentos e à colonização do território brasileiro.

As cartas portulanas, derivadas da bússola, deram início a cartografia europeia, permitindo o traçado de rumos das rotas, estimados em relação ao norte magnético. Ensejavam o desenho minucioso dos acidentes da costa, da entrada dos portos, dos obstáculos a evitar. As portulanas bastavam para se navegar no mediterrâneo, no ocidente e noroeste da Europa, no Séc. XIV. Os genoveses acrescentam à carta portulana, a teia de rumos, a rosa de ventos e a escala de milhas (CORTESÃO, 1960).

Os portugueses descobrem a navegação astronômica e correlativa, introduzindo nas cartas náuticas a escala de latitudes. O cartógrafo holandês Mercator elabora a determinação cronométrica das latitudes. Nos Séculos XVII e XVIII, os franceses deram novo impulso à cartografia, com a adoção do cronômetro na determinação precisa de longitudes, com o aperfeiçoamento do método das determinações geodésicas por triangulação e dos sistemas de projeções de representação planar da superfície elipsóide terrestre (JOLY, 1990: p. 40-51).

Em Portugal, os reis D. Henrique e D. João II incentivaram a navegação, propiciando o recurso a conhecimentos científicos, tal como

a aplicação da astronomia à técnica de navegação. Os portugueses criaram a escola de pilotos, com uma série de regimentos de navegação. Treinavam navegantes na manipulação dos instrumentos que adquiriam conhecimento do que se denominava a “máquina do mundo” (CORTESSÃO, J. 1976, p. 1381).

As convicções difundidas por Ptolomeu foram ultrapassadas pelas navegações portuguesas e expressas cientificamente por sua cartografia. “Alargaram” a palavra descobrimento para determinar sua performance. Antes, utilizava-se o termo “saber parte”, que significava o “reconhecimento e observação direta de terras imperfeitamente conhecidas”. A partir de o cinquecento palavra descobrir passa a expressar a descoberta de lugares desconhecidos antes dos empreendimentos da navegação. A descoberta torna-se fato científico, definido no caráter geográfico, econômico, etnográfico e incorporado pela cartografia ao conhecimento da estrutura geral do planeta (CORTESSÃO, J. 1976, p. 912 e 923).

Das navegações portuguesas no norte da África desde o Século XIV, sobretudo a astronômica e magnética, resultam a carta de marear, cuja característica principal é graduação em latitudes, indispensável, no posicionamento do navio na navegação oceânica. A cartografia portuguesa tem caráter náutico, visa auxiliar a navegação. Mas além dessa utilidade pragmática, os cartógrafos fazem mapas e cartas com desenhos explicativos destinados à informação dos reis, príncipes ou nobres. A toponímia expressa ortograficamente e iconograficamente é uma constante nas cartas portuguesas.

O centro da cartografia em Portugal é o Armazém de Guiné e Índia ou Casa da Índia, onde funcionou a escola de pilotos a cargo dos jesuítas, lá trabalharam os cartógrafos oficiais dos reis e do Conselho Ultramarino, criado no Séc. XVII. Os navegadores viajavam com uma carta base, registrando suas descobertas, trazendo novos dados para atualização cartográfica à Casa da Índia no regresso a Lisboa (CORTESSÃO, A. 1960).

É possível verificar o progresso do conhecimento, da posse e das ambições dos portugueses na América do Sul, entre 1502 e 1558 – com o mapa de Cantino, o mapa de Lopo Homem (1519) e o de Sebastião Lopes (1558) com o litoral já plenamente explorado pela navegação.

A cartografia portuguesa antiga produziu mapas significativos da costa brasileira os de Lopo Homem (1519), Sebastião Lopes (1558) e vários Atlas de uma genealogia de cartógrafos oficiais de sobrenome Albernaz e Teixeira, que atuaram do fim do Séc. XVI ao Séc. XVII.

O mapa de Lopo Homem apresenta cores e iluminuras de navios, homens e animais representados com realismo. Este mapa apresenta o largo delta amazônico, a protuberância da costa brasileira e o rasgão pronunciado do Rio da Prata, regiões demarcadas pela bandeira portuguesa. Neste mapa o Brasil é designado por *Terra Brasilis*, e uma abundante toponímia da costa desde o Maranhão até o cabo de Santa Maria (CORTESÃO, J. p 1118-19).

Os cartógrafos portugueses Luís Teixeira (Séc. XVI), João Teixeira Albernaz I (1622) e João Teixeira Albernaz II (1627), João Teixeira (1631-42) produziram Atlas contendo informações significativas da costa brasileira, incluindo mapas e cartas da costa do Espírito Santo. Eles são especializados em Atlas, feitos para altos personagens como peças de luxo, o que contribuiu para sua preservação. Pois, as cartas náuticas desgastavam-se e eram substituídas por outras mais atualizadas.



Figura 01: Mapa Lopo Homem, 1519

Fonte: CORTESÃO, J. (1976)

Figura 02: Costa brasileira no mapa Cantino, 1502.

Fonte: CORTESÃO, J. (1976)

No final do Século XVII, os quadros técnicos para levantamento, a documentação, o projeto de vilas, assim como das edificações oficiais e militares começaram ser formados no Brasil, nas Escolas Militares situadas nas principais cidades da colônia.

Os engenheiros e os arquitetos militares que cursaram as chamadas “Aulas-Régias” professavam uma *schemata*<sup>4</sup> específica. A baía de Vitória foi objeto de muitos levantamentos e projetos de fortalezas desses engenheiros, destacando-se entre estes o Capitão de Infantaria José Antônio Caldas, da Escola Militar da Bahia.

## SABER FUNDADOR

O problema do estágio inicial do processo colonizador envolve a oposição entre o ambiente hostil, o qual ainda não se tem a posse ou conhecimento pleno. Esse é o período que se diz dos portugueses que arranham “a costa como caranguejos”, por ocuparem predominantemente o litoral<sup>5</sup>. Mas, isso não acontece por vontade ou desleixo. O insucesso das entradas nesta região ocorreu por escassez de materiais e recursos humanos, ainda, por causa da inacessibilidade do sítio ou da resistência dos nativos hostis.

O registro da ocupação de um novo sítio físico, outra natureza a qual a cultura portuguesa advéncia se sobrepõe, mostra a conjunção com o sítio físico da colônia<sup>6</sup>, enquanto espaço apossado, terra que se pode trabalhar ou povo que se pode sujeitar; em oposição significativa com a disjunção do território heterotópico inculto, ainda não dominado. O termo heterotópico significa algures ao tópico. A situação regional encaixa-se à descrição de Michel Foucault a respeito do termo heterotópico como “virtual, que está aberto do lado de lá da superfície” (da ilha ou do continente). O contexto histórico é que se pode denominar de “estado de pré-conquista”.

A carta mais antiga deste corpus é de Luís Teixeira, está orientada no sentido leste-oeste na largura; o modo como os portugueses abordaram o novo mundo. O centro topológico dessa carta é a entrada da barra e o canal, tendo ao fundo a ilha de Vitória, a vila (fundada em 1551) e as roças velhas. Também estão pontuados: a topografia da entrada

da barra, as toponímias do Morro do Moreno, da Penha e do “Penedo Grande” em Vila Velha, o Mestre Álvaro na Serra, o povoado de Vila Velha (fundado em 1535), Abrolhos e o “Rio Barreiras”, ao norte.

Em oposição ao centro topológico da baía e barra observa-se a lateralidade do vazio do continente, o sertão desabitado. Termos que podem ser remetidos novamente à oposição entre tópicos – que denomina o espaço de referência – o espaço aqui, central e englobado (a ilha), e heterotópico<sup>7</sup>, o espaço alhures.

Este mapa é produto de procedimentos recorrentes da cartografia portuguesa, de observação direta e de levantamentos hidrográficos. Há ainda uma carta anexa na parte superior que alerta para as dificuldades de navegação na região de Abrolhos e da entrada da barra, orientando o seu “bordejamento” ao longo canal até a vila, orientando-se pelas cumieiras dos montes ou pela borda do continente. A vila é denominada de Espírito Santo e a ilha ainda atribuída à Duarte Lemos (ROCHA, L. 1977: p. 21-24).

A narrativa expressa entra-se na baía, guiado pelas montanhas, percorre-se o canal e encontra-se a Vila de Vitória ao fundo, ilha nitidamente rodeada por água e marcada por desembocadura dos rios (a

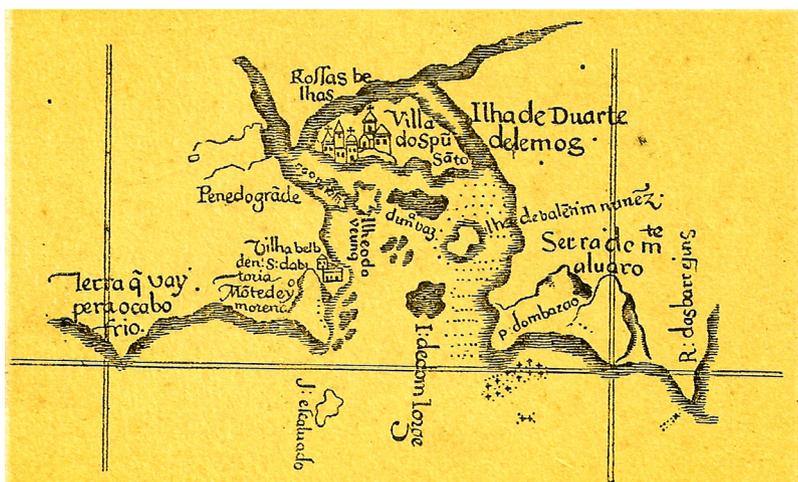


Figura 3: Mapa 3. Planta da baía do Espírito Santo e suas proximidades, do Códice Quinhentista de Luis Teixeira, que traça o roteiro da costa brasileira que inclui a baía de Vitória. O manuscrito pertence à Biblioteca da Ajuda, Portugal. In. OLIVEIRA, J. T. (1951). O original é colorido com delincaamentos azuis esverdeados.

oeste Santa Maria e a sudoeste Marinho, sem toponímia nessa carta) e o manguezal, texturizado, a oeste. Novamente, a relação é entre o termo tópico (aqui) espaço no intervalo e condensado, e o termo heterotópico (alhares) espaço em extensão.

A não delimitação do espaço circunstante e o dístico “terra que vai para Cabo Frio”, dão a noção de extensão territorial; enquanto por outro lado, a redução da espessura e interrupção das linhas dos bordos da terra e dos rios (Santa Maria, Marinho e Barreiras) sugerem o desconhecimento do continente (a região é dominada pelos nativos). A carta ainda não designa a Baía do Espírito Santo (entre Camburi e Ponta de Tubarão).

Esta planta tem um centro, sintático e plástico, sobretudo topológico: a baía de Vitória, e um programa narrativo principal: o roteiro para a navegação pelo canal, difícil de ser bordejado, resistente a invasores. A vila e seu porto estão instalados num sítio adequado, segundo modelos dos colonizadores portugueses. A dificuldade de navegação pode ser estratégica na segurança da posse regional naquele momento histórico. Também o sítio físico da vila de Vitória era difícil de ser ocupado, o critério de sua escolha foi a altura (utilizada como muro de defesa)<sup>8</sup>, a topografia acidentada e sua localização distante do mar aberto.

A figuratividade do mapa assenta-se no ícone do objeto de referência, a vila. Há apenas um indício de escala (eixos sobrepostos no desenho) e um dimensionamento e posicionamento equivocados da ilha principal. As escolhas dos mecanismos de projeção, de escala e da simbologia são resultado dos limites da transposição de dados (entre cartógrafo e piloto, colono, possíveis executores da observação direta) e dos meios de representação. A projeção ortogonal separa sujeito, objeto referencial e representação. Por outro lado, os ícones vila e igreja figurativizam o modelo recorrente de ocupação do território, articulam uma estrutura discursiva auto-referencial, asseveram a performance da colonização, “dilatam a fé e o império”. O esquema figurativo expressa o processo de domínio da natureza, que está apenas se iniciando pelo trabalho da cultura adventícia. Vai além de um saber parte, é base de um discurso fundador.